

# Violência de Gênero: Situações de Vulnerabilidade de Mulheres Agricultoras Familiares

Gender-based Violence: Situations of Vulnerability of Family Farmer Women

Violencia de Género: Situaciones de Vulnerabilidad de las Mujeres Agricultoras Familiares

## RESUMO

**Objetivo:** identificar situações que tornam mulheres agricultoras familiares vulneráveis à violência de gênero. **Método:** estudo exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, com 35 agricultoras familiares de comunidades rurais do município de Barra Funda, Rio Grande do Sul, Brasil. Os dados foram coletados por entrevistas semiestruturadas e analisados por meio da análise temática de conteúdo. **Resultados:** foram identificadas as seguintes situações que contribuem para a vulnerabilidade das mulheres agricultoras familiares à violência de gênero: (des)acolhimento, (des)conhecimento, culpabilização, abstenção, silenciamento, invisibilidade e isolamento. **Conclusão:** A violência de gênero no meio rural é atravessada por fatores estruturais, culturais e geográficos que limitam o acesso das mulheres à informação, aos serviços de apoio e à denúncia. Assim, as políticas públicas e ações de enfrentamento à violência contra a mulher devem ser formuladas considerando essa realidade.

**DESCRIPTORIOS:** Violência de Gênero; Violência contra a Mulher; Vulnerabilidade em Saúde; População Rural; Saúde da Mulher;

## ABSTRACT

**Objective:** to identify situations that make female family farmers vulnerable to gender-based violence. **Method:** exploratory and descriptive study, with a qualitative approach, with 35 family farmers from rural communities in the municipality of Barra Funda, Rio Grande do Sul, Brazil. Data were collected through semi-structured interviews and analyzed through thematic content analysis. **Results:** the following situations were identified that presented the vulnerability of female family farmers to gender-based violence: (un) acceptance, (lack of) knowledge, blaming, abstention, silencing, invisibility and isolation. **Conclusion:** Gender-based violence in rural areas is crossed by structural, cultural and geographic factors that limit women's access to information, support services and reporting. Therefore, public policies and actions to combat violence against women must be formulated considering this reality.

**DESCRIPTORS:** Gender-Based Violence; Violence Against Women; Health Vulnerability; Rural Population; Women's Health.

## RESUMEN

**Objetivo:** identificar situaciones que hacen que las mujeres agricultoras familiares sean vulnerables a la violencia de género. **Método:** estudio exploratorio y descriptivo, con enfoque cualitativo, con 35 agricultores familiares de comunidades rurales del municipio de Barra Funda, Rio Grande do Sul, Brasil. Los datos fueron recolectados mediante entrevistas semiestruturadas y analizados mediante análisis de contenido temático. **Resultados:** se identificaron las siguientes situaciones que presentan la vulnerabilidad de las mujeres agricultoras familiares frente a la violencia de género: (falta de) aceptación, (falta de) conocimiento, culpabilización, abstención, silenciamiento, invisibilidad y aislamiento. **Conclusión:** La violencia de género en las zonas rurales se ve afectada por factores estructurales, culturales y geográficos que limitan el acceso de las mujeres a la información, los servicios de apoyo y la denuncia. Por ello, las políticas públicas y acciones para combatir la violencia contra las mujeres deben formularse teniendo en cuenta esta realidad.

**DESCRIPTORIOS:** Violencia de Género; Violencia contra la Mujer; Vulnerabilidad en Salud; Población Rural; Salud de la Mujer.

RECEBIDO EM: 08/05/2025 APROVADO EM: 22/05/2025

**Como citar este artigo:** Gopinger E, Silva EB, Debastiani F, Medeiros MRB. Violência de Gênero: Situações de Vulnerabilidade de Mulheres Agricultoras Familiares. Saúde Coletiva (Edição Brasileira) [Internet]. 2025 [acesso ano mês dia];15(97):16196-16211. Disponível em: DOI: 10.36489/saudecoletiva.2025v15i97p16196-16211

**ID Edinéia Gopinger**  
Nutricionista. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR) da Universidade Federal de Santa Maria-campus Palmeira das Missões  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3334-1779>

**ID Ethel Bastos da Silva**  
Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Brasil. Docente no Programa de Pós Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR) da Universidade Federal de Santa Maria-campus Palmeira das Missões  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6880-7463>

**ID Fabiane Debastiani**  
Enfermeira. Mestra em saúde e ruralidade pelo Programa de Pós Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR) da Universidade Federal de Santa Maria-campus Palmeira das Missões  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0508-3952>

**ID Micheline Raquel Beneton de Medeiros**  
Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR) da Universidade Federal de Santa Maria-campus Palmeira das Missões  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0536-3500>

## INTRODUÇÃO

Agricultura familiar é uma forma de produção e trabalho predominante nas regiões rurais, caracterizando-se por uma organização social, cultural, econômica e ambiental na qual as atividades agropecuárias são gerenciadas pela família, com predominância da mão de obra familiar<sup>(1)</sup>. Nesse contexto, as mulheres, além de enfrentarem desafios para serem reconhecidas e valorizadas como agricultoras, vivenciam diversas formas de violência relacionadas ao gênero que afetam suas vidas e seus corpos.

A Convenção de Belém do Pará (1994)<sup>(2)</sup> define a violência contra a mulher como qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, seja no âmbito público ou privado. “A expressiva concentração deste tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos, e as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas” (p. 295)<sup>(3)</sup>.

A categoria gênero é fundamental

para compreender as violências contra as mulheres, pois refere-se à construção social, política e cultural das identidades de homens e mulheres. O gênero atua como um elemento constitutivo das relações sociais, estruturado nas diferenças percebidas entre os sexos, e como uma forma primária de atribuir significado às relações de poder<sup>(4)</sup>.

A violência de gênero é um fenômeno profundamente enraizado na desigualdade de gênero e permanece, em todas as sociedades, como uma das mais graves violações dos direitos humanos<sup>(5)</sup>. Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que cerca de 1 em cada 3 mulheres no mundo enfrentarão violência de gênero durante a vida<sup>(6)</sup>.

No contexto rural, a vulnerabilidade das mulheres à violência de gênero é potencializada por fatores como o isolamento geográfico, grandes distâncias até os serviços especializados no enfrentamento à violência e unidades de saúde, a precariedade das estradas e do transporte, além de meios de comunicação insuficientes, tornando as mulheres mais vulneráveis<sup>(7)</sup>. Adicionalmente, aspectos culturais e ge-

racionais contribuem para a naturalização e banalização dessa violência, sustentados por dinâmicas de subordinação, resignação, culpa, medo e vergonha<sup>(8)</sup>.

A abordagem da vulnerabilidade em saúde é crucial para compreender os fatores que aumentam essa exposição, considerando os diferentes graus e naturezas de suscetibilidade de indivíduos e coletividades ao sofrimento, adoecimento e finitude, moldados por aspectos sociais, programáticos e individuais<sup>(9)</sup>.

Diante desse cenário, torna-se essencial aprofundar a análise sobre as violências que atingem mulheres em contextos rurais. As condições desses espaços podem agravar a violência, dificultar seu enfrentamento e favorecer o silenciamento das vítimas. Assim, este artigo tem como objetivo identificar, a partir das narrativas de mulheres agricultoras familiares de um município do noroeste do Rio Grande do Sul, as situações que as tornam vulneráveis à violência de gênero.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório

e descritivo, de abordagem qualitativa, realizado na zona rural do município de Barra Funda, localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, Brasil. Participaram agricultoras familiares com Cadastro de Agricultor(a) Familiar (CAF) ou Declaração de Aptidão ao programa Nacional da agricultura familiar (DAP) ativo no portal DAP/MDA, residentes em oito comunidades rurais do município e envolvidas em ações da Emater/RS-Ascar entre 2021 e 2023. Foram consideradas elegíveis 153 mulheres, sendo a seleção final feita por sorteio, garantindo ao menos quatro mulheres por comunidade. Ao todo, 35 mulheres participaram, distribuídas assim: 4 na Linha Cabrito, 4 na Linha Carijo, 4 na Linha Encantado, 4 na Linha Ervalzinho Alto, 3 na Linha Ervalzinho Baixo, 7 na Linha Santa Lúcia, 5 na Linha Santo Antônio Agusso e 4 na Linha São José Agusso. Adotou-se como critério de exclusão a presença de limitações cognitivas ou dificuldades de comunicação que comprometessem a compreensão e/ou a resposta às perguntas. No entanto, nenhuma das participantes apresentou tais condições.

A coleta de dados ocorreu entre março e abril de 2024 por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas pela pesquisadora. As participantes foram contatadas via telefone ou *WhatsApp* para agendamento. Das 35 entrevistas, 32 ocorreram nas residências das participantes e 3 no escritório da Emater/RS-Ascar, conforme preferência das entrevistadas. As entrevistas duraram, em média, 30 minutos, com áudio gravado em MP3 e transcrito no Microsoft Word para análise.

Os dados foram analisados por meio da análise temática de conteúdo proposta por Minayo<sup>(10)</sup>, que compreende as etapas de pré-análise, exploração do material (codificação) e tratamento/interpretação dos resultados.

Na pré-análise, realizou-se, inicialmente, uma leitura flutuante com

o objetivo de identificar padrões e levantar hipóteses preliminares. Em seguida, procedeu-se à leitura exaustiva, destacando-se os trechos mais relevantes com o auxílio de marcações visuais. Na etapa de exploração do material, os excertos selecionados foram agrupados por cores em novo documento, conforme similaridade temática, resultando na formação dos núcleos de sentido (NS). As falas mais representativas de cada núcleo foram utilizadas para compor sínteses descritivas. Por fim, os NS foram organizados em categorias analíticas, das quais emergiram cinco. Neste estudo, apresenta-se a categoria: Situações vulnerabilizantes de mulheres agricultoras familiares à violência de gênero.

Como recurso visual complementar, utilizou-se a nuvem de palavras, a qual facilitou a interpretação e a comunicação dos dados, contribuindo para o aprofundamento da análise realizada. A nuvem foi gerada a partir dos NS das entrevistas, por meio do software *Simple Word Cloud*.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob parecer substanciado nº 6.613.542 e CAAE 7651842300005346.

## RESULTADOS

### Caracterização das participantes

Em relação às características socio-demográficas, a maioria das mulheres agricultoras familiares entrevistadas (40%) está na faixa etária de 50 a 59 anos, seguida por 34,3% que possuem 60 anos ou mais. Já as mais jovens representam uma parcela menor, com 14,3% entre 30 e 39 anos e apenas 11,4% entre 40 e 49 anos. Esses dados apontam para o envelhecimento e a menor presença de mulheres jovens na agricultura familiar.

No que se refere à escolaridade, aproximadamente 45,7% das mulhe-

res possuem apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto 31,4% concluíram o ensino médio. Além disso, 11,4% finalizaram o ensino fundamental, 8,6% não completaram o ensino médio e apenas 2,9% possuem ensino superior.

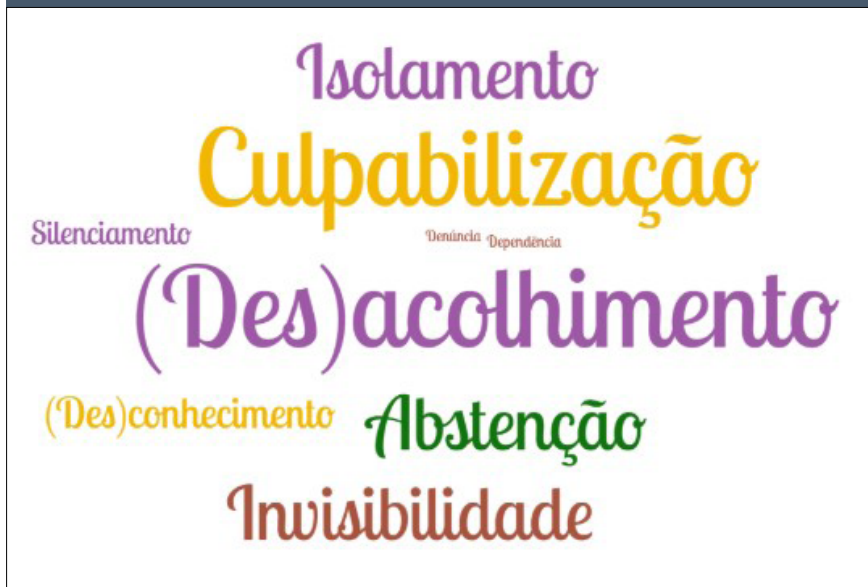
Quanto à cor/raça, 85,7% das participantes se autodeclararam como branca. A maioria das entrevistadas é casada (77,1%). Na agricultura familiar, o casamento desempenha um papel significativo na transmissão das terras, já que grande parte das mulheres estudadas teve acesso à terra por meio do matrimônio, vivendo e trabalhando na propriedade herdada pelo marido ou pelos sogros.

A maioria das propriedades rurais tem menos de 20 hectares e, em grande parte, foram herdadas pelo marido. A configuração mais comum de mão de obra envolve a participação conjunta da mulher e do marido ou companheiro. A principal fonte de renda é a produção de grãos, seguida pela bovinocultura de leite.

### Situações que vulnerabilizam mulheres agricultoras familiares à violência de gênero

A violência de gênero no meio rural se manifesta em um contexto de múltiplas vulnerabilidades, muitas vezes invisíveis e naturalizadas pelas próprias vítimas. A partir dos relatos das mulheres agricultoras familiares entrevistadas, emergiram situações que intensificam sua exposição à violência, dificultando seu reconhecimento, a denúncia e o enfrentamento das agressões. Entre elas destacam-se: (des)acolhimento, (des)conhecimento, culpabilização, abstenção, silenciamento, invisibilidade e isolamento, representadas na figura 1.

Figura 1- Nuvem de palavras representativa das situações vulnerabilizantes de mulheres agricultoras familiares à violência de gênero.



Fonte: elaborada pela autora.

O “(des)acolhimento” surge nos relatos das mulheres com um fator que as vulnerabiliza, uma vez que muitas delas desconhecem locais específicos onde poderiam buscar apoio e dialogar sobre a violência, apontando para a ausência de serviços visíveis no município. Como identificado no trecho da entrevista:

*Aqui no nosso município não [tem um espaço de acolhimento para as mulheres]. Até é uma coisa que faria falta, poderia ter um grupo de mulheres, um grupo de apoio, até pra conversar com uma psicóloga, para ter um auxílio. É uma coisa que tá faltando no nosso município. (M22)*

*Mas eu acho que nem existe [um espaço para as mulheres falarem sobre violência], só se existe, que eu nem sei. Mas, eu acho que nem existe um lugar assim, específico, para a mulher, de acolhimento. (M24)*

A ausência de serviços especializados no meio rural, como delegacias da mulher, centros de saúde e casas de abrigo, aumenta

a vulnerabilidade feminina, especialmente em cidades pequenas, onde esses recursos são limitados<sup>(7)</sup>. A Pesquisa Nacional sobre Violência contra a Mulher revela que a maioria das denúncias ocorre em cidades com mais de 50 mil habitantes, destacando a dificuldade de acesso à justiça em áreas menores<sup>(11)</sup>. Nesses municípios, as mulheres costumam procurar delegacias comuns, onde frequentemente enfrentam atendimento inadequado e são vítimas de outra forma de agressão: a violência institucional<sup>(12)</sup>.

A falta de espaços específicos para mulheres pode refletir a falta de informação e divulgação adequada sobre esses serviços, como ilustrado pela fala de uma participante que demonstra a desinformação sobre a existência de locais de acolhimento.

Nesse contexto, o “(des)conhecimento” também se revelou como um fator que amplia a vulnerabilidade das mulheres agricultoras familiares à violência de gênero. Muitas das entrevistadas demonstraram uma compreensão limitada sobre instrumentos legais, como a Lei Maria da Penha, essenciais para sua proteção Apesar de terem ouvido falar da lei, sobretudo

do pelos meios de comunicação, elas admitem não conhecer em profundidade seu conteúdo e aplicação, evidenciando uma significativa lacuna informacional.

*Eu até já ouvi falar [sobre a lei Maria da Penha], mas não tenho...ouvi falar, realmente, nunca me inteirei em saber o que é, o que realmente diz, o que está ali. (M2)*

[sobre a lei Maria da Penha] *Ah, eu escuto no rádio, na TV que a gente vê, só. (M3)*

Corroborando a Pesquisa Nacional sobre Violência contra a Mulher revelou que 75% das mulheres têm pouco ou nenhum conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, enquanto apenas 24% afirmam conhecê-la bem<sup>(11)</sup>. Outro estudo também identificou que as mulheres sabem do que se trata a lei Maria da Penha, mas não de forma aprofundada, desconhecendo que direitos lhes são assegurados<sup>(13)</sup>.

A ausência de informações e orientações sobre como agir em situações de violência reflete um (des)conhecimento que afeta vítimas e testemunhas, gerando insegurança e dificultando intervenções. Isso reforça a passividade diante das ocorrências e aumenta a vulnerabilidade das mulheres, já que pessoas próximas se sentem incapazes de oferecer apoio adequado. Nesse sentido, iniciativas de educação e sensibilização sobre os direitos das mulheres e sobre como agir em casos de violência são fundamentais para romper esse ciclo e fortalecer as redes de apoio.

Outra vulnerabilidade identificada nos excertos refere-se à “culpabilização” representada nos excertos:

*[...] Mas, se a mulher apanha, se merece tudo bem, tem que ver o que ela fez, porque a mulher não vai apanhar para nada[...] Ela deve ter aprontado alguma coisa, porque tu não vai apanhar por nada. Meu marido não vai chegar aqui e*

*me surrar por nada, eu devo ter feito alguma coisa, dado algum deslize, alguma coisa por ali. (M4)*

*E também tem uma mulher que tem um dedo podre, só acha os cacos. Vão atrás de caquedo. Mas afinal, não apanha porque merece, apanha porque se deixa surrar. (M15)*

A culpabilização é um processo que internaliza normas sociais e responsabiliza as mulheres pelas agressões que sofrem, sugerindo que elas teriam provocado ou merecido tal violência. Estudo aponta que o julgamento e a culpabilização geram constrangimento, levando ao silenciamento da violência sofrida e perpetuando o ciclo de vulnerabilidade<sup>(14)</sup>.

Muitas participantes reproduzem julgamentos estigmatizantes, acreditando que a vítima "tenha feito algo" para desencadear o comportamento violento. Estudo reforça essa visão, apontando que a mulher é frequentemente responsabilizada por não cumprir papéis tradicionais ou por adotar comportamentos considerados inadequados pela sociedade<sup>(15)</sup>.

A expressão popular "dedo podre", mencionada por uma entrevistada, é um exemplo claro de como se desloca a responsabilidade das relações violentas para a mulher, sugerindo que ela possui uma característica pessoal que a leva a escolher maus parceiros. Isso a culpabiliza e condiciona a aceitar situações de violência, atribuindo-lhe a culpa das agressões sofridas pela escolha de relacionamentos abusivos.

Outro exemplo de culpabilização aparece no discurso de uma entrevistada que sugere que a mulher permanece em uma relação abusiva por vontade própria, ignorando as dinâmicas de poder e controle presentes em relações violentas. A expressão "gosta de apanhar" reflete uma visão distorcida, reforçando sua naturalização.

Esses pensamentos reforçam a ideia de que a violência é uma reação na-

tural ou justificável a determinadas atitudes femininas. Entre as mulheres que justificaram o merecimento de violência, a maioria tinha ensino fundamental incompleto, destacando a influência da educação nesse contexto. Um estudo realizado em Gana corroborou essa relação, mulheres com níveis educacionais mais elevados tendem a justificar menos a violência em comparação àquelas com baixa escolaridade ou sem formação formal<sup>(16)</sup>.

Outra situação de vulnerabilidade destacada na análise é a "abstenção", evidenciada por uma cultura de não intervenção em relações sociais alheias.

*[...]Jeu não vou dizer que a gente esteja de mãos atadas, porque a gente poderia fazer alguma coisa, mas é aquela história: Briga de marido e mulher ninguém mete a colher! Ainda tem esse tabu, de você saber que tem uma mulher que está sofrendo algum tipo de agressão, e você fica meio que...até a gente sabe o que fazer, mas ainda tem medo de denunciar. (M2)*

*No caso, a minha cunhada falava pra mim, mas só que eu, como irmã dele, claro que eu não apoio, mas eu não queria conflito entre família. Eu disse pra ela. Tem que falar com a pessoa que não seja parente, porque não é que eu vou defender ele. É que daí não se fala com a irmã, se fala com outros estranhos, senão vira uma guerra. (M12)*

Muitas participantes relataram a dificuldade de intervir em situações de violência doméstica devido a tabus e ao medo de represálias. Um exemplo disso é a crença popular expressa no ditado "Briga de marido e mulher, ninguém mete a colher", o que leva à hesitação em denunciar casos de agressão, mesmo quando há conhecimento do fato.

Essa percepção cultural, que trata conflitos conjugais como questões exclusivas do casal e onde a interven-

ção é desencorajada, funciona como um mecanismo de silêncio, expondo as mulheres à violência sem redes de apoio, mantendo o ciclo de abuso. Assim, os mitos e estereótipos sociais, incorporados à cultura, contribuem para a perpetuação da violência, pois sustentam noções, distorções, silenciamentos e preconceitos que influenciam o imaginário coletivo<sup>(17)</sup>.

Dessa forma, "Meter a colher" não é invadir a privacidade, mas, fortalecer ações coletivas pelo fim da violência contra mulheres e garantir que suas vozes sejam ouvidas, em vez de silenciadas<sup>(18)</sup>.

O "silenciamento", também se revelou nos relatos das mulheres como uma situação que contribui para a vulnerabilização e perpetuação da violência de gênero nesse contexto rural, conforme apontado no depoimento a seguir:

*[...] Eu acho que no rural as pessoas se contêm mais, porque tem aquele pensamento de vergonha, de todo mundo vai ficar sabendo: "Ah, não vamos falar [sobre violência] porque todo mundo vai ficar sabendo" [...] (M17)*

A pesquisa nacional sobre violência contra a mulher revela que a maioria das brasileiras (62%) acredita que as vítimas de agressão raramente denunciavam os casos<sup>(11)</sup>. No meio rural, essa dinâmica é ainda mais intensa devido ao medo de que "todo mundo vai ficar sabendo", já que a falta de anonimato em comunidades pequenas, marcada pela proximidade entre os moradores, desestimula as mulheres a relatar a violência. Mulheres em situação de violência doméstica frequentemente relatam vergonha ao expor suas vivências, especialmente diante de pessoas conhecidas<sup>(19)</sup>.

Mais um aspecto que mantém o silenciamento da violência é a dificuldade que muitas mulheres têm para reconhecer as situações vividas como violência, como consequência da sua

histórica naturalização<sup>(20)</sup>. Um estudo apontou que muitas mulheres idosas rurais, tendem a minimizar atos que não envolvam violência física, como o desrespeito, difamação e outras formas de agressão, acreditando que tais comportamentos podem ser relevados e aceitos como "naturais"<sup>(14)</sup>.

Nesse contexto, algumas entrevistadas percebem a violência contra a mulher como inexistente ou menos frequente do que nas áreas urbanas. Os trechos a seguir ilustram essa visão:

*No interior é mais difícil de ver casos de violência, geralmente o que acontece é na cidade que tem isso aí. Uma grande diferença no interior, e depois tem menos gente também. Geralmente os casos que tem é na cidade, né? No interior é muito difícil. Eu não conheço ninguém, pelo menos, no interior. (M15)*

*No interior não tem muita dessa violência e na cidade eu acredito que tem mais...vai saber porque? Sei lá se é porque trabalham fora e conhecem outras pessoas, alguma coisa assim. (M23)*

No entanto, essa percepção não reflete a ausência da violência, mas sim sua invisibilização. A falta de identificação desses crimes no meio rural está relacionada ao silêncio imposto às vítimas, que, isoladas e distantes, não denunciam as agressões. O medo, a dependência econômica, a falta de apoio familiar e social, além da escassez de informação, reforçam esse silenciamento, contribuindo para a manutenção da invisibilidade da violência<sup>(21)</sup>.

O meio rural é associado a uma imagem de tranquilidade que não reflete necessariamente a realidade vivida por muitas mulheres. A "invisibilidade" transforma a violência no meio rural em uma questão privada, restrita ao espaço doméstico. Isso dificulta que as mulheres acessem apoio adequado, ampliando sua vulnerabi-

lidade e prejudicando o acolhimento pelas redes de proteção. A ausência de denúncias agrava ainda mais essa situação.

Além disso, o "isolamento", característico do meio rural, também emerge como uma situação que aumenta sua vulnerabilidade à violência de gênero. Esse isolamento é condicionado pelas características físicas e geográficas do rural, manifestando-se pela distância entre as residências e pela restrição das interações sociais, o que torna o enfrentamento da violência ainda mais desafiador<sup>(22)</sup>.

Esse isolamento geográfico torna a violência menos perceptível, pois a grande distância entre residências e a baixa interação entre vizinhos permitem que ela aconteça sem testemunhas ou possibilidade de intervenção. Conforme mencionado por uma entrevistada, a violência é "mais escondida" no meio rural, enquanto, nas áreas urbanas, a proximidade entre as casas facilita que os vizinhos percebam os conflitos, intervenham ou denunciem a situação. Os relatos a seguir refletem essa perspectiva:

*[...] na zona rural ela [violência] é mais escondida [...]. Na cidade [quando] estão brigando numa casa, o vizinho escuta. Por isso que eu digo que é mais exposto [a violência], e se fica sabendo mais fácil. (M17)*

*Acho que não [tem violência na comunidade]. É que aqui tem poucos vizinhos também, não se vê as casas. Elas são distantes [uma casa da outra]. (M33)*

No entanto, o isolamento das participantes não se limita à dimensão geográfica, mas também envolve a restrição do convívio social. A baixa participação das mulheres em associações, clubes de mães, sindicatos e outros grupos comunitários reduz suas oportunidades de estabelecer redes de apoio e interação com outras mulheres, fundamentais para o fortaleci-

mento individual e coletivo.

A experiência de exclusão social mantém essas mulheres em um ambiente informacional restrito<sup>(18)</sup>. Nesse contexto, redes de apoio, como família e amigos, desempenham um papel fundamental ao oferecer suporte social e emocional, encorajando as vítimas a denunciar abusos e buscar justiça, além de reduzir o medo da estigmatização<sup>(23)</sup>. Estudo indica que o acolhimento por outras mulheres é um fator decisivo para que vítimas de violência procurem ajuda. Muitas só conseguiram superar barreiras e reagir às agressões devido ao incentivo e apoio de mulheres da comunidade, parentes ou amigas<sup>(18)</sup>.

As evidências apresentadas revelam a complexidade da violência de gênero no meio rural, marcada por múltiplos fatores interligados que sustentam uma rede de vulnerabilidades e dificultam o rompimento do seu ciclo. Uma limitação deste estudo refere-se à natureza sensível do tema, o que pode ter gerado hesitação ou desconforto por parte das participantes ao relatar vivências mais profundas ou detalhadas. Apesar disso, considera-se que a pesquisa oferece contribuições relevantes para a identificação de situações que tornam as mulheres agricultoras familiares particularmente expostas à violência de gênero.

## CONCLUSÃO

O estudo revelou que mulheres agricultoras familiares do meio rural enfrentam diversas situações que aumentam sua vulnerabilidade à violência de gênero, entre elas: (des)acolhimento, (des)conhecimento, culpabilização, abstenção, silenciamento, invisibilidade e isolamento. Esses elementos se articulam a condições estruturais e culturais que limitam o acesso à informação, ao apoio institucional e à denúncia.

Recomenda-se que políticas públicas e ações de enfrentamento à violên-

cia contra a mulher sejam formuladas considerando a realidade das áreas rurais, com a ampliação de serviços, acesso à informação e fortalecimento das redes de apoio locais. Futuras pesquisas podem ampliar o recorte geográfico e explorar a intersecção de

marcadores sociais como raça, idade, classe e orientação sexual, aprofundando a compreensão das múltiplas camadas de vulnerabilidade que atravessam a experiência das mulheres no campo.

Sugere-se que futuras pesquisas

ampliem o recorte geográfico e aprofundem a análise de marcadores sociais que atravessam as experiências das mulheres como raça, idade e classe social.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Vitrine da agricultura familiar [Internet]. [s.d.] [citado 21 de novembro de 2024]. Disponível em: <http://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine>.
2. Brasil. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994 [Internet]. Brasília, DF: Casa Civil; 1996 [citado 21 de novembro de 2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm).
3. Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 293-314.
4. Scott J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. E&R [Internet]. 8º de março de 2017 [citado 2 de março de 2025];20(2). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>.
5. Bukuluki P. et al. Vulnerability to violence against women or girls during COVID-19 in Uganda. BMC Public Health. 2023 Jan 5 [citado 15 de março de 2025];23(1):23. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-022-14951-7>
6. El-Adawy M, Ronzoni AR, Sakr H. Addressing violence against women in the Eastern Mediterranean Region. East Mediterr Health J. 2021 May 27;27(5):431-432. doi: 10.26719/2021.27.5.431.
7. Stochero L, Pinto LW. Prevalência e fatores associados à violência contra as mulheres rurais: um estudo transversal, Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. Ciênc. Saúde Colet.. 2024 [citado 2 de março de 2025];29(1). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YM8wVpjFJgP3B3zcmX-HD3k/?format=pdf&lang=pt>.
8. Stochero L, Pinto LW. Violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. Saúde Soc. [Internet]. 2023 [citado 15 março 2025];32(3):e210595. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/sausoc/2023.v32n3/e210595pt/pt>
9. Florêncio RS, Moreira TMM. Modelo de vulnerabilidade em saúde: esclarecimento conceitual na perspectiva do sujeito-social. Acta paul enferm [Internet]. 2021 [citado 15 março 2025];34:eAPE00353. Disponível: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021A000353>
10. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14. ed. São Paulo: HUCITEC; 2014. 416 p.
11. Brasil. Senado Federal. Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher: DataSenado 2023. Brasília: Senado Federal, Instituto de Pesquisa DataSenado; 2023 [citado 4 de março de 2025]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-na>

cional-de-violencia-contra-a-mulher-datasena-do-2023.

12. Melo CM, Soares MQ, Bevilacqua PD. Violência sexual: avaliação dos casos e da atenção às mulheres em unidades de saúde especializadas e não especializadas. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2022[citado 15 de março de 2025];27(9):3715-28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CjvBkCMNDbM47xWMgdTgMqq/?lang=pt>

13. Ferraz BD, Silva SA, Simões IAR. Percepção da população feminina sobre a Lei Maria da Penha. *Enferm Foco*. 2020[citado 15 de março de 2025];11(4):101-6. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-4921-0343>

14. Costa AB, Salci MA, Marques FRDM, Baldissera VDA, Carreira L. Giving meaning to internalized violence throughout life by older adults living in rural areas. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2024[citado 4 de março de 2025];77(3):e20230163. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0163>

15. Lira KFS de, Castro RV de. A violência contra mulheres na representação de profissionais da saúde. *Diáphora: Rev. Filosofia*. 2020[citado 4 de março de 2025];9(2):40-48. Disponível em: <https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/230/211>.

16. Atta GP, Newton P, Shah TI. Insights Into Intimate Partner Violence: Exploring Predictive Factors in Ghana MICS 2018. Preprints. 2025 [citado 4 de março de 2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.20944/preprints202501.1520.v1>.

17. Guimarães FL, Diniz GRS. Violência conjugal e naturalização pelos homens autores: negação, minimização e justificação. In: DURAND V, RIBEIRO HM, organizadores. *Histórias de Amor Tóxico: a violência contra as mulheres*. Brasília: Senado Federal; 2020[citado 4 de março de 2025]. p. 317-341. Disponível

em: [https://oabararuama.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Historias\\_amor\\_toxico.pdf](https://oabararuama.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Historias_amor_toxico.pdf). Acesso em: 7 dez. 2024.

16. Silva, NFN. da ., Presser, NH, & Lima, I. F. de. (2023). O comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica: análise das barreiras sociais de acesso à informação na perspectiva de Chatman. *Em Questão*, 29, e-125152. <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.125152>

18. Hoepers AD, Tomanik EA. Violência doméstica contra mulheres: um olhar pela via dos afetos. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte. 2021[citado 4 de março de 2025];27(1):1-20. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v27n1/v27n1a02.pdf>.

19. Santos KA, Bugai FA, Zarpellon BCO. "Aconteceu o pior": lei e nomeação em casos de violência sexual. In: Melo E, Assad TM, organizadores. *Advocacia criminal feminista*. São Paulo: Tirant lo Blanch Brasil; 2020. p. 397-422.

20. Gehlen ME, Churfem CO. Violência doméstica no campo: inexistente ou invisível? *Rev Int Interdiscip INTERthesis* [Internet]. 2021 [citado 2025 mar 16];18:1-21. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/75244/46593>

21. Lorenzoni C, Rodrigues SMR, Santos SF. Enfrentamento à violência contra a mulher. In: Medrazil AM, et al., organizadoras. *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Outras Expressões; 2020.

22. Arisukwu O, Igbolekwu C, Adebisi T, Akindele F. Perception of domestic violence among rural women in Kuje. *Heliyon*. 2021[citado 4 de março de 2025];7(2). Disponível em: <https://www.cell.com/action/showPdf?pii=S2405-8440%2821%2900408-4>.